ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO E CONVIVÊNCIA NA TERCEIRA IDADE: PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS COM IDOSOS NO GRUPO PAIF

Ellendhyene Lima de Oliveira[1]
Aglaíde de Magalhães da Silva [2]
Janaina Cícera Ferreira da Silva [3]
Luís Carlos dos Santos [4]

INTRODUÇÃO

O acelerado processo de transição demográfica no Brasil impõe desafios prementes ao planejamento das políticas públicas, demandando arranjos institucionais capazes de responder à complexidade do envelhecimento. Longe de ser compreendido como uma etapa meramente biológica de declínio, o envelhecimento humano deve ser concebido como um fenômeno dinâmico, heterogêneo e perpassado por marcadores sociais de classe, raça, gênero e territorialidade. Nesse horizonte, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) assentam diretrizes fundamentais para assegurar a proteção social, a prevenção de vulnerabilidades e a promoção da autonomia dos cidadãos no ciclo da velhice.

No âmbito da Proteção Social Básica, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) constitui a porta de entrada descentralizada do SUAS no território, tendo no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) seu núcleo continuado de ação. O PAIF tem como foco a centralidade da família e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Quando voltado à pessoa idosa, o serviço desempenha um

[1] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), Esp. em Letras e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Discente do curso de Pós-graduando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), ellendh11@hotmail.com;
[2] Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE), Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e o Trabalho em Comunidade pela Faculdade Kurios, Esp. em Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade Vale do Salgado (FVS), aglaidemagalhaes@gmail.com;
[3] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional do Delta, Esp. em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), janahistoria2020@gmail.com;
[4] Bacharel em Administração (ESTACIO FAL), Licenciatura em Educação Especial (Unifahe), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Esp. Políticas Públicas e Socioeducação Universidade de Brasília (UnB), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@gmail.com.

papel pedagógico, protetivo e de emancipação social, integrando ações de saúde preventiva, convivência, suporte psicossocial e conscientização de direitos estabelecidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

Para conferir densidade analítica e empírica a esta investigação, o artigo incorpora referenciais teóricos e metodológicos extraídos de um conjunto de 10 produções acadêmicas e pesquisas recentes voltadas à gestão do SUAS, à territorialização de dados no Cadastro Único, às práticas socioeducativas de combate à violência de gênero e à educação antirracista. A integração dessas produções ao contexto do PAIF em Iguatu/CE demonstra que o trabalho social com idosos exige um diagnóstico territorial qualificado, metodologias participativas e uma leitura interseccional da vulnerabilidade.

Assim, este artigo tem como objetivo analisar o impacto das oficinas socioeducativas do PAIF/CRAS na garantia da autonomia, do envelhecimento ativo e do protagonismo social da pessoa idosa, explicitando como o planejamento ancorado em dados territoriais e a abordagem interdisciplinar fortalecem a rede socioassistencial e garantem direitos fundamentais.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, descritiva e exploratória, articulando pesquisa bibliográfica e documental, observação participante e diário de campo. Segundo Gil (2008), as pesquisas exploratórias favorecem a aproximação com o objeto investigado, enquanto as pesquisas bibliográficas e documentais permitem reunir e examinar informações relevantes ao estudo.

A pesquisa contemplou a análise de livros, artigos científicos, legislação e documentos técnicos relacionados ao SUAS, ao PAIF, à gerontologia social e aos direitos da pessoa idosa. A observação participante possibilitou acompanhar as dinâmicas grupais e as oficinas socioeducativas, conforme a abordagem metodológica discutida por Gil (2008).

Os registros foram organizados e interpretados por meio da análise de conteúdo, com base em Bardin (2016), considerando os seguintes eixos: autonomia, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, enfrentamento do isolamento social e acesso aos direitos sociais.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

Envelhecimento ativo e educação ao longo da vida

O paradigma do envelhecimento ativo, difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS), ultrapassa a dimensão estritamente médica ao relacionar saúde, participação social e segurança à qualidade de vida das pessoas idosas (Oms, 2005). Nesse contexto, a aprendizagem ao longo da vida e a educação não formal podem contribuir para ampliar as oportunidades de participação social, troca de experiências e desenvolvimento de habilidades cognitivas e relacionais. Os grupos de convivência constituem espaços importantes para essas práticas educativas, pois favorecem o exercício da cidadania, o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e a promoção do envelhecimento ativo (Silva; Lage, 2018). Estudos sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos também apontam a importância desses espaços para a vida das pessoas idosas (Souza et al., 2024).

A educação permanente, nesse contexto, não deve ser entendida apenas como acesso a cursos formais ou aquisição de conteúdos escolares. Ela também se concretiza em experiências cotidianas de troca, memória, expressão cultural e aprendizagem coletiva. Nas atividades desenvolvidas em grupos, a pessoa idosa pode compartilhar conhecimentos construídos ao longo da vida, aprender novas formas de acessar serviços e reconhecer que continua tendo capacidade de participar das decisões que afetam sua trajetória.

Essa compreensão exige que as ações socioeducativas respeitem os ritmos, as condições de mobilidade, os modos de comunicação e as experiências individuais dos participantes. Uma atividade significativa não é necessariamente aquela que apresenta maior complexidade técnica, mas a que cria condições para que todos possam se expressar, compreender o tema e relacioná-lo à própria realidade. Por isso, a escuta, o acolhimento e a adaptação das estratégias são elementos centrais do trabalho social com pessoas idosas.

A contribuição de Paulo Freire ajuda a compreender esse processo ao valorizar o diálogo e o reconhecimento dos saberes dos sujeitos. Em vez de transmitir orientações de forma vertical, o profissional pode partir das experiências do grupo, problematizar situações concretas e construir reflexões coletivas. Essa postura favorece o protagonismo

e evita práticas infantilizadoras, nas quais a pessoa idosa é tratada como incapaz de decidir ou de contribuir para a vida comunitária. Em estudo sobre a abordagem metodológica do PAIF/CRAS, Souza (2023) e Ghedini (2025) identificaram que práticas inspiradas nos Círculos de Cultura podem fortalecer vínculos comunitários, incentivar a autonomia e promover a reflexão sobre a realidade.

A perspectiva freiriana da pedagogia crítica fundamenta essa prática: o idoso não é visto como mero espectador passivo ou receptor de caridade, mas como sujeito histórico possuidor de saberes legítimos. A escuta qualificada e o diálogo horizontal contrapõem-se à lógica do infantilismo e do etarismo, formas de discriminação baseadas na idade que tendem a invisibilizar e desvalorizar a capacidade decisória da pessoa idosa.

Gestão de dados no SUAS e planejamento territorial

A efetividade das intervenções socioeducativas no CRAS depende intrinsecamente da qualidade do diagnóstico socioeconômico e territorial do município. A utilização do Cadastro Único (CadÚnico) como ferramenta estratégica de gestão permite mapear a distribuição espacial das famílias vulneráveis, identificar a presença de idosos beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada) e reconhecer sobreposições de vulnerabilidades, tais como o isolamento geográfico e a ausência de infraestrutura urbana.

O diagnóstico territorial não se limita à consulta de registros administrativos. Ele também depende do conhecimento que as equipes constroem nas acolhidas, nos atendimentos, nas visitas domiciliares, nas buscas ativas e no diálogo com organizações e serviços do território. A articulação dessas fontes permite compreender tanto as condições objetivas de vida quanto as barreiras que dificultam a participação das pessoas idosas nas atividades coletivas.

O Cadastro Único pode contribuir para a leitura das condições socioeconômicas das famílias, mas seus registros precisam ser utilizados com responsabilidade, atualização e respeito à privacidade. Os dados não substituem a escuta profissional nem explicam, isoladamente, as experiências de cada família. Sua função é apoiar o planejamento, a identificação de demandas e a organização de respostas, evitando que a oferta de atividades seja definida sem considerar as particularidades dos territórios.

No planejamento do PAIF, essas informações podem orientar a definição de temas, horários, locais e estratégias de mobilização. Em áreas com dificuldades de deslocamento, por exemplo, a equipe pode avaliar alternativas de acesso e articulação com a rede. Quando são identificadas barreiras informacionais, as atividades podem priorizar a orientação sobre direitos, benefícios e canais de atendimento. Assim, o uso dos dados se vincula à finalidade protetiva do serviço e não a uma lógica meramente burocrática.

Interseccionalidade: raça, gênero e violação de direitos na velhice

As experiências de envelhecimento são atravessadas por desigualdades sociais. Mulheres idosas, especialmente mulheres negras, podem carregar os efeitos acumulados da precarização do trabalho, da sobrecarga de cuidados não remunerados e da exposição à violência doméstica e patrimonial. Por isso, o CRAS deve promover espaços seguros de diálogo que abordem o enfrentamento à violência contra a mulher e a educação antirracista no cotidiano dos grupos comunitários.

A perspectiva interseccional contribui para evitar a ideia de que todas as pessoas envelhecem da mesma maneira. Renda, gênero, raça, deficiência, território, escolaridade e composição familiar podem produzir experiências distintas de acesso a direitos e oportunidades de convivência. Uma mulher idosa que dedicou grande parte da vida ao trabalho doméstico não remunerado, por exemplo, pode enfrentar condições econômicas e sociais diferentes das de alguém que teve acesso contínuo à proteção previdenciária. Essas diferenças precisam ser consideradas sem reduzir os participantes a categorias fixas.

A abordagem da violência requer cuidado ético e institucional. As oficinas podem contribuir para que o grupo reconheça formas de violência física, psicológica, sexual, financeira e patrimonial, mas não substituem o atendimento individualizado nem os procedimentos de proteção necessários em situações concretas. Cabe à equipe acolher relatos sem exposição pública, preservar a confidencialidade dentro dos limites legais e articular os encaminhamentos pertinentes com os serviços responsáveis.

Da mesma forma, a educação antirracista deve ir além de datas comemorativas. A valorização das histórias de vida, das referências culturais e das contribuições de pessoas negras e indígenas pode integrar rodas de conversa, atividades de memória e debates

sobre respeito e discriminação. O objetivo é fortalecer o reconhecimento da diversidade e criar um espaço em que os participantes não tenham suas experiências desqualificadas por preconceitos relacionados à idade, à raça ou ao gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diagnóstico territorial do Cadastro Único e identificação de vulnerabilidades

As informações territoriais e cadastrais podem auxiliar as equipes do CRAS a identificar famílias em situação de vulnerabilidade, inclusive aquelas com pessoas idosas que enfrentam pobreza, isolamento ou barreiras de acesso aos serviços. A busca ativa pode facilitar o acesso a benefícios e a atividades socioassistenciais, desde que articulada à avaliação profissional e ao acompanhamento das famílias.

A leitura territorial também permite reconhecer que a vulnerabilidade não se resume à ausência de renda. A distância dos equipamentos públicos, a falta de transporte acessível, a fragilidade dos vínculos, as limitações de mobilidade e a dificuldade de obter informações podem restringir a participação social. Por essa razão, o planejamento das ações com pessoas idosas deve combinar informações cadastrais com observação profissional e diálogo com os próprios usuários.

É importante destacar que o material analisado não apresenta uma série estatística municipal que permita quantificar o número de pessoas idosas em isolamento ou medir a variação de sua participação. Dessa forma, a discussão não atribui percentuais ou resultados numéricos às ações. O argumento desenvolvido é de natureza qualitativa: instrumentos de informação e busca ativa podem apoiar a identificação de demandas, desde que associados à avaliação social e ao acompanhamento das famílias.

Práticas socioeducativas do PAIF e enfrentamento à violência de gênero

As oficinas do PAIF podem abordar o enfrentamento à violência de gênero e o direito à integridade física e moral. A reflexão coletiva pode ajudar as participantes a reconhecer situações de abuso financeiro, como a retenção indevida de cartões de benefícios por familiares, e de violência patrimonial, além de informar sobre canais de

denúncia e serviços de acolhimento. Essas possibilidades, entretanto, não devem ser apresentadas como resultados comprovados sem dados específicos de avaliação.

Para que essas atividades sejam efetivas, a condução do grupo precisa assegurar informação clara, linguagem acessível e um ambiente de confiança. A abordagem pode incluir situações hipotéticas, leitura compartilhada de informações sobre direitos e discussão de caminhos para buscar apoio. É fundamental, contudo, evitar que participantes sejam pressionados a relatar experiências pessoais diante do grupo ou que situações de violência sejam tratadas como conflitos familiares comuns.

A autonomia financeira e patrimonial merece atenção especial, pois o controle indevido de documentos, cartões bancários, benefícios ou rendimentos pode comprometer a capacidade de decisão da pessoa idosa. A orientação socioeducativa deve esclarecer direitos e possibilidades de proteção sem culpabilizar a vítima. Quando houver indícios de violação, a equipe deve observar os fluxos institucionais e promover os encaminhamentos adequados, respeitando a dignidade e a vontade da pessoa atendida, conforme a legislação aplicável.

Educação antirracista e valorização da memória da pessoa idosa

A inclusão de debates sobre relações étnico-raciais e a valorização das histórias e referências culturais negras e indígenas nas oficinas do PAIF pode contribuir para reconhecer a dignidade das pessoas idosas e a diversidade de suas trajetórias. A memória comunitária também pode favorecer o diálogo intergeracional, questionar estereótipos raciais e reafirmar a importância da diversidade na formação da sociedade brasileira.

A memória também pode funcionar como recurso de participação. Ao narrar brincadeiras, modos de trabalho, festas, formas de organização comunitária e mudanças vivenciadas no território, as pessoas idosas contribuem para a preservação de referências coletivas. Essas narrativas podem aproximar gerações e reconhecer os idosos como sujeitos que produzem conhecimento, e não apenas como destinatários de cuidados.

Para que essa valorização não se torne simbólica ou superficial, é necessário que as atividades sejam construídas com os participantes e que diferentes trajetórias encontrem espaço de expressão. A equipe pode utilizar fotografias autorizadas, músicas, objetos, relatos orais e produções literárias, sempre considerando acessibilidade, consentimento e

respeito às histórias compartilhadas. O sentido da proposta está na participação e no reconhecimento, e não somente na realização de uma dinâmica.

Estratégias lúdicas e literatura como ferramentas de convivência e fortalecimento de vínculos

A utilização de dinâmicas lúdicas, rodas de leitura e contação de histórias no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e nas oficinas do PAIF pode ampliar as oportunidades de expressão, interação e compartilhamento de experiências. Essas estratégias podem favorecer a convivência e a comunicação afetiva, mas seus efeitos sobre sintomas de ansiedade ou depressão não devem ser afirmados sem avaliação específica.

As estratégias lúdicas devem ser planejadas de modo inclusivo, sem associar o envelhecimento à infantilização. Jogos de memória, leitura em voz alta, música, artesanato, rodas de conversa e contação de histórias podem favorecer a comunicação e a convivência quando são escolhidos de acordo com os interesses do grupo. É importante oferecer diferentes formas de participação, para que limitações visuais, auditivas, motoras ou de leitura não se transformem em motivo de exclusão.

A avaliação dessas atividades pode considerar indicadores qualitativos, como a participação voluntária, a interação entre os integrantes, a manifestação de interesses, a ampliação do conhecimento sobre direitos e a procura por serviços quando necessário. Registros sistemáticos e reuniões de equipe ajudam a identificar o que funcionou, quais barreiras permaneceram e que ajustes devem ser feitos nos encontros seguintes. Essa avaliação não deve prometer efeitos clínicos que não tenham sido medidos, mas pode registrar contribuições percebidas para a convivência e a participação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida indica que o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), realizado no âmbito do CRAS, pode contribuir para o envelhecimento ativo, a promoção da dignidade e o acesso aos direitos da pessoa idosa. A integração de práticas de educação não formal ao trabalho socioassistencial pode

superar abordagens exclusivamente tutelares e favorecer a autonomia, a participação e o protagonismo social.

Os resultados discutidos reforçam que o trabalho com a pessoa idosa precisa ser contínuo, planejado e articulado à realidade territorial. Encontros pontuais podem produzir momentos importantes de convivência, mas a proteção social exige acompanhamento, identificação de barreiras e continuidade das ações. Nesse sentido, o PAIF pode contribuir para prevenir o agravamento de vulnerabilidades ao fortalecer vínculos, ampliar informações sobre direitos e facilitar a articulação com a rede de serviços.

Como limitação, a pesquisa tem caráter qualitativo e bibliográfico-documental e se apoia nos registros e nas observações descritos no material de origem. Não foram apresentados instrumentos padronizados de avaliação, transcrições de entrevistas ou dados quantitativos que permitam estabelecer relações causais entre as oficinas e mudanças nas condições de vida. Assim, as conclusões devem ser compreendidas como uma análise das possibilidades e contribuições das práticas socioeducativas, e não como comprovação estatística de impacto.

Para estudos futuros, recomenda-se sistematizar a participação nos grupos, registrar as demandas identificadas, ouvir os usuários sobre a relevância das atividades e acompanhar os encaminhamentos realizados, respeitando os princípios éticos e a proteção de dados pessoais. A produção desses registros pode apoiar o aprimoramento do planejamento e dar maior visibilidade às contribuições do trabalho social, sem transformar a experiência dos participantes em números descontextualizados.

A análise reforça a relevância de uma gestão do SUAS orientada pelo diagnóstico territorial e capaz de articular ações de enfrentamento à violência de gênero, educação antirracista e metodologias participativas. Recomenda-se fortalecer as equipes dos CRAS, ampliar as condições para a busca ativa e promover a articulação entre as políticas de Assistência Social, Saúde e Educação, bem como com os Conselhos de Direitos.

Palavras-chave: Envelhecimento ativo, Convivência comunitária, Educação ao longo da vida, Participação social, Políticas socioassistenciais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos profissionais do CRAS III pelo acolhimento, compromisso e dedicação ao trabalho com a pessoa idosa, contribuindo para a promoção do envelhecimento ativo, da autonomia e da convivência social.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, DF: Presidência da República, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF.** Volume 1 e 2. Brasília, DF: MDS, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004.** Brasília, DF: MDS, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Envelhecimento ativo: uma política de saúde.** Tradução Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

SANTOS, Luís Carlos Dos et al.. **Estratégias de educação para pessoas idosas nos centros de referência de assistência social (cras).** Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024.

SANTOS, Luís Carlos dos. **A inclusão de pessoas com deficiência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV): desafios e possibilidades.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso em Educação Especial – Centro Universitário Cidade Verde (UniCV), Maringá, 2025.

SILVA, Amós Santos; LAGE, Allene Carvalho. Práticas educativas nos grupos de convivência para idosos: promoção do envelhecimento ativo e da convivência familiar e comunitária em espaços educativos “outros”. Revista Cocar, v. 12, n. 24, p. 524–557, 2018.

SOUZA, Cristiano Maciano De et al.. **Educação de pessoas idosas: direitos, deveres e responsabilidades no contexto do cras.** Anais do X CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2024

ISSN: 2358-8829

SOUZA, Jordanna Peliser Fachinello de. **A abordagem metodológica do PAIF no CRAS Cidade Norte 2023***:* um processo educativo com a pedagogia freireana. 2024. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2023.